LEANDRO PAULSEN

Doutor em Direitos e Garantias do Contribuinte. Professor de Direito Constitucional, Tributário e Penal. Desembargador Federal.

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO COMPLETO

11ª edição revista e atualizada 2020





saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B Pinheiros - São Paulo - SP - CEP 05425-902

sac.sets@somoseducacao.com.br

Direcão executiva Direcão editorial

Flávia Alves Bravin Renata Pascual Müller

Gerência editorial Gerência de produção

Roberto Navarro Ana Paula Santos Matos

e planejamento Gerência de projetos e servicos editoriais

Fernando Penteado

Consultoria acadêmica

Murilo Angeli Dias dos Santos

Planejamento

Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Novos projetos

Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite

Edicão

Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial

Fernanda Matajs (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa

Arte e digital

Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Camilla Felix Cianelli Chaves

Claudirene de Moura Santos Silva

Deborah Mattos

Guilherme H. M. Salvador

Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais

Juliana Bojczuk Fermino Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro

Mônica Gonçalves Dias

Sergio Luiz Pereira Lopes

Diagramação e revisão

Know-How Editorial

Capa

Tiago Dela Rosa

Produção gráfica

Marli Rampim

Impressão e acabamento

Corprint

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Paulsen, Leandro

Curso de direito tributário completo / Leandro Paulsen. -11. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

Bibliografia

ISBN 978-85-536-1399-1 (impresso)

1. Direito tributário - Brasil. I. Título.

20-0021

CDD 340

Índices para catálogo sistemático:

34:336.2

1. Direito tributário

Data de fechamento da edição: 14-10-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

606072

CAE 705853

Sumário

INOLL	i do Adtor	19
	Carifolda	
	Capítulo I	
	Tributação, direito tributário e tributo	
1.	Origem da tributação e da sua limitação	21
2.	A tributação como instrumento da sociedade	25
3.	Os deveres fundamentais de pagar tributos e de colaborar com a tributação	27
4.	A carga tributária, o direito à informação e os custos de conformidade	32
5.	Fiscalidade e extrafiscalidade	35
6.	Direito tributário	38
7.	Relação com outras disciplinas jurídicas	40
8.	Relação com a economia	42
9.	Relação com a contabilidade	43
10.	Conceito de tributo	44
11.	Preços públicos e receitas patrimoniais	48
	Capítulo II	
	Espécies tributárias	
12.	Características e regimes jurídicos específicos	51

13.	Critérios para a identificação das espécies tributárias	52
14.	Classificação dos tributos em cinco espécies tributárias	54
15.	Impostos	56
16.	Taxas	57
17.	Contribuições de melhoria	61
18.	Empréstimos compulsórios, em	62
19.	Contribuições	63
20.	Contribuições sociais.	67
21.	Contribuições de intervenção no domínio econômico	68
22.	Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas	70
23.	Contribuições de iluminação pública	71
	Capítulo III	
	Princípios tributários	
24	0. 1	72
24.	Os diversos tipos de normas: princípios, regras e normas de colisão	73
25. 26.	A relação entre os princípios e as limitações constitucionais ao poder de tributar	75 75
20. 27.	Princípios gerais de direito tributário	75 76
28.	Princípio da capacidade contributiva	80
29.	Princípio da capacidade colaborativa	83
30.	Princípio da segurança jurídica em matéria tributária Princípio da igualdade tributária	86
31.	Princípio da praticabilidade da tributação	91
J1.	rincipio da praticabilidade da inbutação	71
	Caarla IV	
	Capítulo IV	
	Competência tributária	
32.	Detalhamento da competência na Constituição	97
33.	Competência tributária X repartição das receitas tributárias	99
34.	Competências privativas, comuns e residuais	101
35.	Normas constitucionais concessivas de competência	102
36.	Critério da atividade estatal	103
37.	Critério da base econômica	103
38.	Critério da finalidade	106
39.	Bitributação e bis in idem	108
40.	Tributos na base de cálculo de outros tributos	110

Capítulo V

Imunidades tributárias

41.	lmunidades como normas negativas de competência	115
42.	Imunidades como garantias fundamentais	116
43.	Classificação, interpretação e aplicação das imunidades	116
44.	Imunidades genéricas a impostos	120
45.	Imunidade recíproca dos entes políticos	122
46.	Imunidade dos templos de qualquer culto	124
47.	Imunidade dos partidos, sindicatos, entidades educacionais e assistenciais	126
48.	lmunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel para a sua impressão	128
49.	lmunidade dos fonogramas e videogramas musicais	131
50 .	Imunidade das entidades beneficentes de assistência social às contribuições	
	de seguridade social	132
	Capítulo VI	
	Das limitações ao poder de tributar	
	que são garantias fundamentais do contribuinte	
51.	Natureza das limitações constitucionais ao poder de tributar	135
52 .	Limitações em prol da segurança jurídica, da justiça tributária, da liberdade	
	e da Federação	136
53 .	Legalidade tributária	136
54.	Irretroatividade tributária	144
55.	Anterioridade tributária	147
56 .	Isonomia tributária	153
57.	Não confisco	153
58.	Proibição de limitações ao tráfego por meio de tributos interestaduais	
	e intermunicipais, ressalvado o pedágio	155
	Capítulo VII	
	Limitações ao poder de tributar que são garantias da Federação	
59.	Limitações específicas à União	157
60.	Uniformidade geográfica	157
61.	Vedação da tributação diferenciada da renda das obrigações das dívidas	
	públicas e da remuneração dos servidores	159
62.		159

63.	Limitações aos Estados e Municípios para estabelecer diferença tributária em razão da procedência ou destino	160
64.		161
	Capítulo VIII	
	Técnicas de tributação	
65	Progressividade	163
66.		165
67.	Não cumulatividade	168
68.	Tributação monofésica	172
	Substituição tributária	172
05.	Substituição tributaria	1/2
	Capítulo IX	
	Classificações dos tributos	
70.	Da utilidade das classificações	177
71.	Quanto ao ente instituidor: federal, estadual ou municipal	177
72.	Quanto à competência: ordinário, residual ou extraordinário	177
73.	Quanto à competência: comum, privativo, exclusivo	178
74.	Quanto às espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições, contribuições	_, _
	de melhoria ou empréstimos compulsórios	179
75.	Quanto à finalidade: fiscal, parafiscal e extrafiscal	179
76.	Quanto à destinação do produto: afetados ou não afetados	180
77.	Quanto à origem do fato gerador: vinculados ou não vinculados	180
78.	Quanto à formação do fato gerador: instantâneo, continuado ou complexo	181
79.	Quanto à aplicação: retroativo, prospectivo ou ultrativo	181
80.	Quanto à alíquota: específico ou ad valorem	182
81.	Quanto à carga tributária: cumulativo ou não cumulativo	182
82.	Quanto ao aspecto quantitativo: fixo, proporcional ou progressivo	183
83.	Quanto à base de cálculo: em concreto ou présumido	183
84.	Quanto à vigência: permanente ou temperário	183
85.	Quanto ao ônus econômico: direto ou indireto	183
86.	Quanto ao contribuinte: de direito ou de fato	184
87.	Quanto à capacidade contributiva: pessoal ou real, subjetivo ou objetivo	184
88.	Quanto à base econômica: comércio exterior, patrimônio, a transmissão	
	de bens e de direitos a eles relativos, renda, a produção ou circulação	
	ou atividades financeiras	184
89.	Quanto ao critério de justiça que o inspira: distributivo ou comutativo	185

CI	IIA.	AΑ	DI	0

90.	Quanto ao obrigado: próprio ou substituição tributária
	Quanto à fase do crédito: existente, exigível ou exequível
	Quarter a rabe do erecitor engirer ou enequirer infiliation
	Capítulo X
	Legislação tributária
92.	Normas constitucionais
93.	Leis complementares à Constituição
94.	Resoluções do Senado
95.	Convénios
96.	Tratados internacionais
97.	Leis ordinárias e medidas provisórias
98.	Atos normativos infralegais: decretos, instruções normativas, portarias, ordens de serviço
	Capítulo XI
	·
	Interpretação e aplicação da legislação tributária
99.	Subsistemas da legislação tributária: os deveres, princípios, direitos e
	garantias que os inspiram e orientam
100.	Vigência e aplicação da legislação tributária
101.	Integração e interpretação da legislação tributária
102.	Aplicação dos princípios de direito tributário, de direito público e de
	direito privado e das normas de colisão
103.	Analogia e equidade
	Capítulo XII
	Capacidade, cadastro e domicílio
104	. Capacidade tributária
	. Cadastros de contribuintes.
	Domicslio tributário
100.	Domicilo tributario
	Capítulo XIII
	Obrigações tributárias
107	As diversas relações jurídicas com naturezas contributiva, colaborativa ou punitiva
	Obrigações principais e acessórias

STJ00109351 CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO — COMPLETO

109. Aspectos da norma tributária impositiva	223
110. Hipótese de incidência e fato gerador	225
111. Ocorrência dos fatos geradores	226
112. Classificação dos fatos geradores	227
113. Planejamento tributário e norma tributária antielisiva	229
114. Sujeito ativo	231
115. Sujeitos passivos das diversas relações jurídicas com o Fisco	232
116. Solidariedade	235
117. Contribuinte	236
118. Substituto tributário	237
119. Responsável tributário	237
120. Responsabilidade dos sucessores	241
121. Responsabilidade de terceiros, inclusive dos sócios-gerentes e administradores	244
122. Responsabilidades estabelecidas pelo legislador ordinário	248
Capítulo XIV	
Tributação do Ilícito	
123. Capacidade econômica e fatos geradores envoltos em ilicitudes	251
124. Autuação de ofício ou mediante representação para fins fiscais	253
125. Premissa da irrelevância da ilicitude subjacente: princípio do non olet	254
126. Efeitos tributários do perdimento do produto e do proveito do crime	256
Capítulo XV	
Infrações à legislação tributária	
127. O descumprimento das obrigações tributárias	259
128. Multas	260
129. Restrições a direitos e sanções políticas	266
130. Responsabilidade por infrações à legislação tributária	269
131. Denúncia espontânea e exclusão da responsabilidade por infrações	272
Capítulo XVI	
Constituição do crédito tributário	
132. Natureza do crédito tributário	275
133. Existência, exigibilidade e exequibilidade	276
134. Constituição ou formalização do crédito tributário	276

	0011111110
135. Declarações do contribuinte e outras confissões de débito	. 277
136. Lançamentos de ofício, por declaração e por homologação	280
137. Lançamento por arbitramento ou aferição indireta	282
138. Liquidação no processo trabalhista	283
Capítulo XVII	
Suspensão da exigibilidade do crédito tributário	
139. Hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário	. 285
140. Moratória e parcelamento	286
141. Impugnação e recurso administrativos	290
142. Liminares e antecipações de tutela	292
143. Depósito do montante integral do crédito tributário	293
144. Efeitos da suspensão da exigibilidade do crédito tributário	294
Capítulo XVIII	
Exclusão do crédito tributário	
145. Natureza e efeitos da exclusão do crédito tributário	
146. Isenção	
147. Anistia	300
Capítulo XIX	
Extinção do crédito tributário	
148. Hipóteses de extinção do crédito tributário	303
149. Pagamento, juros e multas	304
150. Pagamento indevido e sua repetição	305
151. Cempensação	311
152. Transação	315
153. Remissão do crédito tributário	315
154. Decadência do direito de lançar	316
155. Prescrição da ação para execução do crédito tributário	318
Capítulo XX	
Garantias e privilégios do crédito tributário	
156. Meios de garantia e preferências do crédito tributário	327

157. Sujeição do patrimônio do devedor à satisfação do crédito	327
158. Bens absolutamente impenhoráveis por determinação legal	328
159. Arrolamento administrativo de bens	329
160. Ineficácia das alienações em fraude à dívida ativa	330
161. Indisponibilidade dos bens	33:
162. Preferência do crédito tributário, inclusive na recuperação judicial e na falência.	333
163. Autonomia da execução de crédito tributário mesmo havendo concurso	
de credores	334
Capítulo XXI	
Administração tributária	
164. Órgãos e carreiras de administração tributária.	33
165. Fiscalização tributária	34
166. Fiscalização orientadora e autorregularização do contribuinte	34
167. Dívida Ativa: inscrição e título executivo (CDA)	34
168. Pedido de revisão de dívida inscrita	34
169. Cadastro e lista de devedores	34
170. Certidões de situação fiscal: CND e CPD-EN	35
Capítulo XXII	
Acesso à informação e preservação do sigilo	
171. O acesso à informação como elemento indispensável à fiscalização tributária	
e a colaboração entre as administrações tributárias	35
172. O sigilo como preservação da intimidade e da privacidade, sua transferência	25
e preservação	35
173. O sigilo bancário e a LC 105/01	35
174. Sigilo fiscal	36
Capítulo XXIII	
Cobrança do crédito tributário	
175. Cobrança amigável pela Receita	36
176. Cobrança amigável da dívida ativa pela Procuradoria da Fazenda Nacional	36
177. Oferta antecipada de garantia perante a Fazenda Nacional	36
178. Comunicação do débito aos serviços de proteção ao crédito	36
179. Averbação pré-executória nos registros de bens para torná-los indisponíveis	36
2. 2. Therbação pre-executoria nos registros de bens para torna-ios muisponiveis	30

180. Protesto extrajudicial	
181. Execução judicial	
Capítulo XXIV	
Impostos sobre o patrimônio	
182. Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)	371
183. Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	
184. Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR)	
Capítulo XXV	
Impostos sobre a transmissão de bens	
185. Imposto sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> de Bens Imóveis e de Direito	
sobre Imóveis (ITBI)	
100. Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (Treivid)	
Capítulo XXVI	
Imposto sobre a renda	
187. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	401
Capítulo XXVII	
Impostos sobre a atividade econômica	
188. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	415
189. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e se	obre
Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal	
e de Comunicação (ICMS)	
190. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	
191. Impostos sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro ou Relativas ou Valores Mobiliários (IOF)	
Capítulo XXVIII	
Impostos sobre o comércio exterior	
192. Imposto sobre Importação (II)	461
193. Imposto sobre Exportação (IE)	

Capítulo XXIX

Contribuições sociais

Previdência Social	475
195. Contribuições previdenciárias do empregador, da empresa e da entidade	2, 0
a ela equiparada	482
196. Contribuições previdenciárias substitutivas sobre a receita	492
197. Contribuições de seguridade social sobre a receita (PIS e Cofins)	493
198. Contribuições de seguridade social do importador (PIS-Importação e Cofins-Importação)	504
199. Contribuição de Seguridade Social sobre o Lucro (CSL)	506
Capítulo XXX	
Contribuições de intervenção no domínio econômico	
200. Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao Incra	509
201. Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao Sebrae	511
202. Contribuição de intervenção no domínio econômico sobre a comercialização	
de combustíveis	513
Capítulo XXXI	
Contribuições do interesse de categorias profissionais e econômicas	
203. Contribuição aos conselhos de fiscalização profissional	515
Capítulo XXXII	
Contribuição de custeio da iluminação pública	
204. Contribuição de Iluminação Pública Municipal (CIP)	519
Capítulo XXXIII	
Taxas de serviço e de polícia	
205. Taxa de coleta de lixo domiciliar	523
206. Taxa de fiscalização, localização e funcionamento	524

Capítulo XXXIV

Regime do Simples Doméstico

207.	Regime simplificado e unificado de recolhimento de tributos para o empregador doméstico	527
	Capítulo XXXV	
	Regime do Simples Nacional	
208.	Regime Simplificado e Unificado de Recolhimento de Tributos para	
	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional	529
	Capítulo XXXVI	
	Processo administrativo-fiscal	
209.	Processo administrativo-fiscal federal	535
210.	Ação fiscal e autuação	536
	Notificações e intimações	539
	Fase litigiosa: impugnação, instrução e recursos	540
	Nulidades no processo administrativo-fiscal	543
	Processo administrativo-fiscal estadual	544
	Processo administrativo-fiscal municipal	544
	Capítulo XXXVII	
	Processo judicial tributário	
216.	. Questões comuns às ações tributárias	545
217.	. Ações ajuizadas pelo Fisco	545
218.	. Medida cautelar fiscal	546
219.	. Execução fiscal	548
	Exceção de pré-executividade	552
	Embargos à execução fiscal	553
	Ações ajuizadas pelo contribuinte e demais obrigados	554
	. Mandado de segurança	558
	. Ação declaratória	561
	Ação anulatória	563
	. Ação cautelar de caução	564

227. Ação consignatória	565
228. Ação de repetição de indébito tributário e de compensação	566
229. Conexão entre ações tributárias	568
Capítulo XXXVIII	
Direito penal tributário	
230. Criminalização de condutas ligadas à tributação	571
231. Crimes tributários praticados por particulares	572
232. Princípio da insignificância nos crimes contra a ordem tributária	572
233. O falso como crime-meio e consunção	575
234. Constituição definitiva do crédito tributário como elemento essencial	
dos crimes materiais contra a ordem tributária	577
235. Representação fiscal para fins penais.	580
236. Ação penal pública	581
237. Suspensão da punibilidade pelo parcelamento	582
238. Extinção da punibilidade pelo pagamento	584
239. Extinção da punibilidade pela regularização cambial e tributária da Lei n. 13.254/16	585
240. Continuidade delitiva nos crimes contra a ordem tributária	586
241. Descaminho	588
242. Crime de apropriação indébita tributária em geral	590
243. Crime de apropriação indébita de contribuições previdenciárias	590
244. A pretensa apropriação do ICMS próprio declarado e não pago	592
245. Crime material contra a ordem tributária: sonegação de tributos	595
246. Sonegação de contribuição previdenciária	597
247. Crime formal contra a ordem tributária: art. 2º da Lei n. 8.137/90	599
248. Crime de falsificação de papéis públicos tributários	600
249. Crimes tributários praticados por funcionários públicos	601
250. Crime de excesso de exação.	601
251. Crime de facilitação ao descaminho	602
252. Crime de extravio, sonegação ou inutilização de livro, processo ou	
documento fiscal	602
253. Crime de corrupção passiva fiscal	603
254. Crime de advocacia administrativa fiscal	604
Índice Alfabético-Remissivo	605